

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 8ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

Grupo de Trabalho:	GT-Cobrança
Reunião:	8ª Reunião
Data:	14/06/2023 – 14h
Local:	<i>Videoconferência – Google Meet: meet.google.com/jcx-srew-ijy</i>
Assunto(s) em discussão:	Foram apresentados os primeiros produtos do contrato celebrado entre Agência PCJ e a empresa HIDROBR e discutida a correlação da revisão da cobrança e da implementação da modalidade de financiamento reembolsável. Foram realizadas discussões e proposições para a próxima Oficina da Cobrança, prevista para ocorrer em julho de 2023.
Pauta:	<ol style="list-style-type: none">1. Abertura;2. Aprovação de Memória Técnica da 7ª Reunião do GT-Cobrança;3. Esclarecimentos sobre os produtos elaborados no âmbito do estudo sobre a revisão das Cobranças PCJ;4. Consolidação dos resultados da 1ª Oficina sobre Revisão das Cobranças PCJ, realizada em 09/03/2023;5. Proposta de metodologia para a 2ª Oficina sobre Revisão das Cobranças PCJ, a ser realizada em 04/07/2023;6. Perspectivas para os próximos passos do estudo sobre a revisão das Cobranças PCJ;7. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	<p>A reunião foi iniciada pelo coordenador do GT-Cobrança, Sr. André Navarro (SEMIL) que agradeceu a presença de todos.</p> <p>Quanto ao item 2, o Sr. André informou que foi enviada junto da convocação a minuta de memória técnica da 7ª Reunião do GT-Cobrança, realizada em 27/09/2022 e questionou os membros se haveria necessidade da leitura, que foi dispensada. Assim, o Sr. André colocou em votação sendo aprovada por unanimidade.</p> <p>Quanto aos itens 3, 4 e 5, o Sr. André informou que envolveriam a contextualização do processo de revisão, apresentada em conjunto com a equipe da Coordenação Financeira da Agência PCJ; apresentação da HIDROBR sobre a metodologia proposta e coleta de contribuições dos membros para a segunda oficina; e apresentação pela coordenação do GT de perspectivas para os próximos passos do trabalho de revisão. O Sr. André relatou sobre o trabalho já realizado e os próximos passos, com destaque para a 2ª Oficina, planejada para realização em 04/07/2023, com reunião prévia de organização em 26/06/23. Fez alusão à necessidade de se considerar, no processo de revisão de preços, os investimentos previstos no Plano das Bacias PCJ, cujos valores são muito superiores às possibilidades de arrecadação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Informou também que, nessa busca por lastrear a revisão com base no plano, foi realizada análise específica sobre investimentos em Enquadramento dos Corpos D'água (ECA), verificando-se que a necessidade de investimento para atender a 10% da demanda em municípios considerados prioritário (Classe 5 de prioridade) contabiliza aproximadamente R\$ 635 milhões, valor que poderia ser um ponto de partida para a discussão sobre cenários para a revisão. Na sequência, o Sr. André fez a apresentação “Elaboração de estudos visando ao aperfeiçoamento do instrumento de cobrança, mediante a revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio estadual paulista e da União nas bacias hidrográficas PCJ”, elaborada pela equipe da HIDROBR. O Sr. André apresentou o Plano de Trabalho da empresa, com previsão de conclusão até o mês de agosto/23. Apresentou o Produto 3 do contrato, que abrange o Relatório de Análise Crítica do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, cujo objetivo geral é a avaliação crítica do Plano das Bacias PCJ que representa uma importante etapa do conjunto dos estudos pelo fato de analisar informações contidas no</p>

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 8ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

Plano das Bacias PCJ que poderão ser utilizados como bases consolidadas para os produtos posteriores. Apresentou também o Produto 2A – Relatório do levantamento da bibliografia e dos impactos da cobrança, cujo objetivo é a pesquisa bibliográfica nacional e internacional sobre a forma, valor e metodologia de cobrança pela utilização dos recursos hídricos, levantamento dos impactos da cobrança sobre os usuários, a consolidação dos dados quantitativos e qualitativos para os setores usuários e o levantamento dos custos para a manutenção da Agência PCJ. Na sequência, apresentou o Produto 2B – Relatório de Análise Crítica do instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do estado de São Paulo e da União nas Bacias PCJ, cujo objetivo é a análise crítica do instrumento cobrança, análise da situação relativa à aplicação dos recursos da cobrança, tendo em vista o Plano de Aplicação do Plano de Bacias e indicadores de resultado dos investimentos feitos com estes recursos e análise dos impactos causados pela pandemia de Covid-19. Apresentou também mais informações sobre a 1ª Oficina de Trabalho realizada em 09/03/23 no município de Campinas/SP, cujo objetivo foi apresentar os produtos desenvolvidos no âmbito dos estudos e promover a discussão acerca da revisão de mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos. Relatou que participaram da oficina 47 representantes, sendo 21 representantes de usuários de saneamento e 6 de outros setores usuários, além de representantes de outros segmentos e da Agência das Bacias PCJ. Comentou que foram encaminhados aos membros dois tipos de questionários, um para usuários de recursos hídricos, com 11 blocos de questões, e outro para os demais atores, com 8 blocos de questões. Apresentou também mais informações sobre o Produto 4, que é o Relatório com o registro das reuniões e da coleta de contribuições dos representantes dos Comitês PCJ. Na sequência, apresentou as matrizes de consolidação com os resultados da primeira Oficina e dos dois questionários e considerações de elementos a serem avaliados 2ª Oficina. Informou sobre a proposta de que, para a 2ª oficina, seja realizada previamente uma reunião preparatória, para nivelamento de conceitos, uma vez que a oficina teria por foco debater cenários referenciais. Apresentou a proposta de calendário para a realização da 2ª Oficina e a proposta de estrutura para os Relatórios 5 e 6, a serem elaborados pela HIDROBR, que deverão trazer propostas de novos preços e de aperfeiçoamento da metodologia de cobrança.

Após a apresentação, o Sr. André abriu para dúvidas e esclarecimentos e solicitaram a palavras os Srs. Rodrigo Flecha (HIDROBR), Paulo Tinel (ASSEMAE e SANASA), André Elia Neto (UNICA), Alexandre Vilella (FIESP), Petrus Weel (Cooperativas de Holambra), Dario Peçanha (SABESP) e Hugo Leme (SEMAE) que discutiram sobre a conciliação entre as cobranças, conciliação com outras metodologias de cobranças de outros CBHs, fluxo de pagamentos dos financiamentos responsáveis, disponibilização de mais recursos com o retorno do financiamento reembolsável, participação social no processo de revisão da cobrança, impacto da cobrança nos custos de produção dos setores envolvidos, simplificação do processo de cobrança, cronograma de aplicação pós revisão do procedimento de cobrança, fluxo de caixa dos pagamentos, avaliação de quanto a demanda total de investimentos elencados no Plano de Bacias que não estão coberto por investimento das empresas de saneamento ou com financiamento contratado em outras fontes disponíveis, avaliação de indicadores de resultados frente aos investimentos, apresentação do relatório contendo a fundamentação da proposta ora aprovada e a apresentação de um conjunto de indicadores e instrumentos de gestão (cf. Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, art. 4º), processo histórico de construção da cobrança e a compreensão dos mecanismos pelos usuários pagadores. Após as considerações, o Sr. Rodrigo Flecha (HIDROBR) fez uma síntese das considerações e correlacionou com os estudos da revisão.

Quanto ao item 6, o Sr. André abriu para avaliações e considerações sobre os próximos passos do estudo sobre a revisão das Cobranças PCJ. Solicitaram palavra os Srs. Hugo Leme

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 8ª Reunião do GT-Cobrança (CT-PB)

	<p>(SEMAE), Paulo Tinel (ASSEMAE e SANASA), Ivens Oliveira (Agência PCJ), Alexandre Vilella (FIESP), Petrus Weel (Cooperativas de Holambra) e Dario Peçanha (SABESP) que discutiram sobre importância do conhecimento dos membros respondentes dos questionários sobre o mecanismo de cobrança, as variáveis envolvidas na equação de cobrança e o monitoramento desses parâmetros, prazo para implementação do financiamento reembolsável nos Comitês PCJ, articulação com a CAIXA para ser o agente financeiro, proposta para início do piloto do financiamento reembolsável em 2025, balanço dos recursos contratados frente aos recursos da cobrança, lentidão em concluir o processo de fechamento da CAIXA como agente financeiro, possibilidades do piloto de financiamento reembolsável com recursos da cobrança paulista, interlocução com os agentes interessados no financiamento reembolsável, estabelecimento dos indicadores chave para avaliação do resultado gerado pelos investimentos dos recursos gerados pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a apresentação de um relatório de resultado advindo dos mais de dez anos de investimentos dos recursos da cobrança. Após as discussões, como melhoria da realização da oficina, o Sr. Alexandre Vilella (FIESP) sugeriu que os grupos de discussão formados na Oficina sejam coordenados apenas por membros dos Comitês PCJ, como protagonistas do processo.</p> <p>Nada mais havendo a tratar, o Sr. André Navarro (SEMIL) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.</p>
Próxima reunião:	9ª Reunião - Reunião não agendada nesta ocasião.
Observações:	Sítio eletrônico da empresa HIDROBR - link Plano de Trabalho do Contrato HIDROBR - link Plano das Bacias PCJ 2020-2035 - link Produtos preliminares do estudo de revisão da Cobrança - link Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012 - link
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)

1	Alexandre Vilella (FIESP)	16	Maria das Graças Martini (DAE Jundiáí)
2	Aline Daiane Briques (Agência PCJ)	17	Karoline da Conceição Peron (DAE Jundiáí)
3	Allan Campos (Agência PCJ)	18	Lilian R. Pereira Cruz (Agência PCJ)
4	André Elia Neto (UNICA)	19	Patricia Barufaldi (Agência PCJ)
5	André Navarro (SEMIL)	20	Paulo Tinel (ASSEMAE/SANASA)
6	Bruno Raniely Gonçalves Santos (SABESP)	21	Petrus Bartholomeus Weel (P.M. de Holambra)
7	Cristiano Cária Guimarães Pereira (ANA)	22	Rafaela Priscila Sena do Amaral (HIDROBR)
8	Cristina Leigo Barrichello (SABESP)	23	Raquel Eliana Metzner (IPSA-C)
9	Dário Peçanha (SABESP)	24	Roberta Dalfré (Agência PCJ)
10	Diogo Bernardo Pedrozo (Agência PCJ)	25	Rodrigo Ferraz Moreira (SABESP)
11	Elaisa Teixeira de Jesus Mamede (HIDROBR)	26	Rodrigo Flecha (HIDROBR)
12	Fabiano Ferreira (HIDROBR)	27	Saulo de Assis Maia (SABESP)
13	Gabriel Sobreira (Agência PCJ)	28	Tony Douglas Segatto (Agência PCJ)
14	Hugo Marcos Piffer Leme (SemaE)	29	Tiago Georgette (Agência PCJ)
15	Ivens de Oliveira (Agência PCJ)		